

**PLANO ESTRATÉGICO DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**2021 —
— 2026**

Secretaria de Estratégia e Projetos
Departamento de Gestão Estratégica

Abril 2025 – 9ª versão





CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Mauro Campbello

Conselheiros

Ministro Guilherme Caputo Bastos

José Edivaldo Rocha Rotondano

Renata Gil de Alcantara Videira

Mônica Autran Machado Nobre

Daniela Pereira Madeira

Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Ulisses Rabaneda dos Santos

Marcello Terto e Silva

Daiane Nogueira de Lira

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

Departamento de Gestão Estratégica

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Divisão de Gestão Estratégica do CNJ

Adilson Medeiros da Silva

Seção de Planejamento Institucional

Neuma Christina Lopes Nunes

Secretária de Comunicação Social

Giselly Siqueira

Coordenador de Multimeios

Jônathas Seixas de Oliveira

Projeto gráfico

Vinícius de Medeiros Rodrigues

Virgínia Gomes

Diagramação

Marcelo Gomes

Revisão de texto

Carmem Menezes

Caroline Ittchenko Zanetti

Fevereiro de 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

**PLANO ESTRATÉGICO DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**2021 —
— 2026**

SUMÁRIO

Mapa Estratégico do Conselho Nacional de Justiça	6
Temas, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Metas e Ações Institucionais do Planejamento Estratégico do CNJ 2021-2026	8
TEMA: Gestão Estratégica e Transparência	8
Objetivo Estratégico 1	8
Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais	8
Objetivo Estratégico 2	11
Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias	11
Objetivo Estratégico 3	12
Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário	12
Objetivo Estratégico 4	14
Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica	14
TEMA: Correição e Serventia Extrajudicial	16
Objetivo Estratégico 5	16
Aprimorar as inspeções e correições	16
Objetivo Estratégico 6	17
Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais	17
TEMA: Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, Cidadania e Intersetorialidade	18
Objetivo Estratégico 7	18
Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos	18
Objetivo Estratégico 8	24
Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização	24
TEMA: Tecnologia da Informação e Gestão de Dados	25
Objetivo Estratégico 9	25
Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital	25

Objetivo Estratégico 10	28
Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas	28
TEMA: Inovação e Desburocratização	30
Objetivo Estratégico 11	30
Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ	30
Objetivo Estratégico 12	31
Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo	31
Objetivo Estratégico 13	33
Estimular a desburocratização no Poder Judiciário	33
TEMA: Sustentabilidade e Acessibilidade	34
Objetivo Estratégico 14	34
Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade	34
TEMA: Comunicação Institucional	36
Objetivo Estratégico 15	36
Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário	36
Projetos Institucionais	38
TEMA: Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho	39
Objetivo Estratégico 16	39
Objetivo Estratégico 17	42
Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua	42
TEMA: Orçamento e Finanças	43
Objetivo Estratégico 18	43
Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário	43

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021—
—2026

SOCIEDADE

MISSÃO:

Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

VISÃO:

Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira.

VALORES:

- Proteção dos direitos fundamentais
- Ética
- Responsabilidade Socioambiental
- Integração
- Comprometimento
- Valorização das pessoas
- Agilidade
- Eficiência

PROCESSOS

Gestão Estratégica e Transparência

Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais

Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário

Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias

Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

Inovação e Desburocratização

Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

Comunicação Institucional

Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, cidadania e intersetorialidade

Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos

Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

Correição e Serventia Extrajudicial

Aprimorar as inspeções e correições

Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho

Aperfeiçoar políticas e práticas de Gestão de Pessoas

Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

Tecnologia da Informação e Gestão de Dados

Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital

Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

Orçamento e Finanças

Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

Sustentabilidade e Acessibilidade

Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

Missão

Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

Visão

Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira.

Valores

Proteção dos direitos fundamentais

Garantir que a atuação do Conselho Nacional de Justiça se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, especialmente a igualdade e o acesso à prestação jurisdicional.

Ética

Atuar com ética no cumprimento de suas atividades.

Responsabilidade socioambiental

Observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ.

Integração

Busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade.

Comprometimento

Compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização.

Valorização das pessoas

Reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado.

Agilidade

Celeridade no desenvolvimento das atribuições.

Eficiência

Simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas.

Temas, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Metas e Ações Institucionais do Planejamento Estratégico do CNJ 2021-2026

TEMA: Gestão Estratégica e Transparência

Refere-se ao desenvolvimento de diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Judiciário; regras e procedimentos para as relações entre Poder Judiciário e sociedade; mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas), que orientam ações do Poder Judiciário, bem como o aperfeiçoamento do monitoramento dessas políticas. Também diz respeito à promoção de estudos e pesquisas que explicitem a realidade institucional e identifiquem as principais causas dos problemas que afetam o Poder Judiciário (diagnóstico), bem como à aplicação dos instrumentos de gestão estratégica para implementação das respectivas soluções, prezando pela qualidade dos dados gerados. Refere-se, ainda, à adoção de práticas que possibilitem divulgar de maneira ágil, fácil e inteligível, a qualquer interessado, as atividades dos órgãos do Poder Judiciário.

Objetivo Estratégico 1

Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais

Consiste na formulação de políticas judiciárias visando o aprimoramento da prestação jurisdicional e do bom funcionamento das funções administrativas. Pretende-se, também, coordenar e orientar a implantação das políticas e a análise e consolidação daquelas em vigor.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
01	Índice de Cumprimento das Metas Nacionais	Garantir, até 2026, que, pelo menos, 75% dos tribunais cumpram as Metas Nacionais das quais participam						DGE	Anual
		56%	57%	75%	75%	75%	75%		
Fórmula		$\left(\sum_{i=1}^K \text{Tribunais que cumpriram a Meta Nacional } i \, / \, \sum_{i=1}^K \text{Tribunais que participam da Meta Nacional} \right)$							
Descrição: Mede o percentual de tribunais que cumpriram integralmente cada Meta Nacional no período									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
02	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	Acompanhar, ano a ano, 100% dos membros de Tribunais de Justiça identificados nas inspeções/correições realizadas pela Corregedoria Nacional com maior dificuldade de cumprir as metas nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo.						CN	Anual
		2%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		$\left(\frac{\sum \text{de gabinetes de desembargadores acompanhados pela Corregedoria Nacional de Justiça}}{\sum \text{de gabinetes de desembargadores identificados nas inspeções e correições realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça que estão com dificuldades de cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo de conclusão}} \right) \times 100$							
Descrição: Mede o percentual de gabinetes de desembargadores acompanhados pela Corregedoria Nacional de Justiça, em parceria com a presidência dos tribunais, dentre os identificados nas inspeções e correições realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça que estão com maior dificuldade de cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo de conclusão.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
04	Índice de realização de pesquisas e painéis	Executar, ano a ano, 90% das pesquisas e dos painéis						DPJ	Anual
		90%	90%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		(Número de pesquisas e painéis concluídas no ano) / (Número de pesquisas e painéis planejadas para o ano)*100							
Descrição: Mede o percentual de pesquisas e painéis concluídos de acordo com o quantitativo anual fixado pelo Conselho Consultivo do DPJ e pela Administração do CNJ.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	SISBAJUD - Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário. Desenvolver o Sistema de Busca e Ativos do Poder Judiciário em substituição do Bacenjud 2.0.	SEP	2022
2	RENAJUD WS Desenvolver novo sistema de consulta e restrição de veículos automotores e carteira nacional de habilitação e de leilão judicial.	SEP	2022
3	Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0 Desenvolver, junto ao universo de 86 tribunais, um estudo diagnóstico sobre a modernização e otimização das estruturas, processos e procedimentos internos instalados nesses órgãos em face da implementação das políticas tecnológicas: Núcleos de Justiça 4.0, Balcão Virtual e Juízo 100% Digital.	SEP	2024

4	6ª Edição da Série Justiça Pesquisa Contratar pesquisas empíricas em eixos temáticos destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira, análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário e para fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias, nos termos do art. 5º, § 1º e § 2º, inc. II, da Lei nº 11.364/2006. As contratações se darão por meio do 1º Edital de Convocação da 6ª Edição da Série Justiça Pesquisa que atendam aos requisitos definidos nos presentes Estudos Preliminares e no Edital.	SEP	Em andamento
5	Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário Criar um repositório que reúna sistematicamente publicações incluindo pesquisas, estudos e diretrizes concernentes à atuação do Poder Judiciário e dos serviços auxiliares e às possibilidades do uso da tecnologia em ações de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e de recuperação e gestão de ativos; e disseminar o repositório para públicos do Poder Judiciário e demais profissionais interessados no tema.	SEP	2024
6	Atualização de dados Étnico-Raciais no Poder Judiciário Estruturar a prestação de informações continuada de dados étnico-raciais da força de trabalho dos órgãos do Poder Judiciário e identificar o atual perfil-étnico racial do Poder Judiciário	Presidência	2023
7	Mapa Nacional do Tribunal do Júri Identificar, por meio dos dados do Painel “Justiça em Números”, os gargalos específicos e, posteriormente, as questões a eles relacionadas que geram a morosidade e o acúmulo de processos de competência do Tribunal do Júri, criando soluções colaborativas e customizadas para resolução desses problemas em parceria com os tribunais envolvidos.	SEP	Em andamento
8	Painel do Grandes Litigantes Produzir um novo painel digital, denominado “Painel dos Grandes Litigantes”, que contenha os maiores litigantes do judiciário, para ser disponibilizado aos Magistrados Servidores, Pesquisadores, Estudantes e Comunidade como um todo.	SEP	Em andamento
9	Delegação de Perfis Ampliar a utilização da Plataforma de Delegação de Perfis para abranger outros módulos básicos e negociais da PDPJ, possibilitando a consolidação da delegação de acessos em uma plataforma centralizada.	Presidência	2024
10	Portal de Serviços Desenvolver e publicar serviços judiciários, que façam parte de um Portal de acesso unificado aos serviços da Justiça, buscar contribuir para criar uma identidade visual única para os serviços do Judiciário Nacional. Para tanto, ser criadas funcionalidades para o público interno, que atue no dia a dia da justiça, e para o público externo, demandar da justiça.	SEP	Em andamento
11	Desenvolvimento do módulo de Sessão de Julgamento (PDPJ-Br) Desenvolver e implementar o módulo de Sessão de Julgamento no ambiente de produção da PDPJ-Br. O módulo deve ser desenvolvido e implementado considerando todas as funcionalidades necessárias para a sua integração à PDPJ-Br, inspirar-se em funcionalidades de sistemas já existentes, como o PJe e o E-Proc.	DTI	Em andamento

Objetivo Estratégico 2

Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias

Pretende-se desenvolver os processos do ciclo de gestão de políticas judiciárias do CNJ, com foco no planejamento e no monitoramento, visando construir um modelo de gerenciamento que permita aprimorar a formulação e o acompanhamento de ações, bem como a apresentação dos resultados alcançados à sociedade.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
05	Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais	Garantir que até 2026, 60% das políticas judiciárias em execução possuam ao menos um indicador de monitoramento disponibilizado no portal do CNJ						COPJ	Anual
		40%	40%	50%	50%	60%	60%		
Fórmula		((Número total de políticas judiciais programáticas com indicador monitorado) / (Número total de políticas judiciárias programáticas em execução))*100							
Descrição: Mede o percentual de políticas judiciárias programáticas em execução que possui ao menos um indicador de monitoramento. Considera-se política judiciária programática a política instituída por resoluções do CNJ, com uma instância de governança definida, objetivos que possam ser desdobrados em um plano de ação e cujo resultado pode ser acompanhado por um ou mais indicador de monitoramento.									

N°	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
06	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais	Garantir que até 2026, 70% das políticas judiciais em execução possuam um plano de implementação						COPJ	Anual
		20%	30%	40%	50%	60%	70%		
Fórmula		((Número total de políticas judiciárias programáticas com plano de implementação) / (Número total de políticas judiciárias programáticas em execução))*100							
Descrição: Mede o percentual de políticas judiciárias programáticas com planejamento formalizado, considerando que o planejamento pode ser formalizado por quaisquer dos seguintes instrumentos: plano de ação, programa, plano de gestão e outros exemplos práticos, como o PDTIC, o PLS e o Plano Estratégico.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Integra - Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ Aperfeiçoar o Painel Interativo Nacional de Dados Ambiental e Interinstitucional - SireneJud para melhorar a experiência do usuário visualizar dados, produzir informação e criar KMLs (formato de arquivo para identificar áreas geográficas).	Presidência	Em andamento

Objetivo Estratégico 3

Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário

Visa definir modelos e padrões para promoção da governança dos dados dos órgãos do Poder Judiciário e que são necessários à realização dos estudos, pesquisas e relatórios produzidos ou promovidos pelo CNJ. Incorpora a gestão global da informação desde a estruturação do dado, o seu conteúdo, as formas de extração e de transmissão.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
07	Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud	Ter, até 2026, 95% da base saneada						DPJ	Anual
		40% da base saneada	55% da base saneada	65% da base saneada	75% da base saneada	85% da base saneada	95% da base saneada		
Fórmula		(número de registros consistentes no DataJud / número de registros no DataJud)*100							
Descrição: consiste em melhorar o DataJud, de forma que o nível de inconsistência detectado pelo DPJ nos painéis de qualificação dos dados reduza a cada ano. O nível de inconsistência é medido considerando o percentual de problemas identificados no DataJud, levando-se em consideração ausência ou classificação incorreta de classes, assuntos e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas, dados de partes faltantes ou mal preenchidas, datas inválidas, código de órgão julgador inválido, identificação do grau de jurisdição com erro, entre outros. A meta será dada por cumprida caso o indicador de nível de consistência atinja 95% ou mais.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Painel de Estatística – Justiça 4.0 Produzir novo painel digital, denominada “Painel de Estatística”, seguindo o disposto na Resolução n. 333/2020, que determina a inclusão de campo/espaco denominado “Estatística” na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, seguindo ainda a necessidade de possibilitar fácil acesso às informações consolidadas da atividade-fim dos órgãos do Poder Judiciário para a tomada de decisões e a imprescindibilidade do uso de dados atuais, confiáveis e desagregados, disponíveis em um mesmo campo/espaco no portal do tribunal, assim como a necessidade de reunir dados abertos, Painéis de Business Intelligence e Relatórios Estatísticos referentes à atividade-fim do Poder Judiciário.	SEP	Em andamento
2	DATALAKE Definir um repositório de dados corporativos único dentro do Programa Justiça 4.0, consolidados a partir das bases de diferentes sistemas de origem, armazenados em diferentes formatos e utilizados como fonte de dados para consumo por outros sistemas e outras aplicações integrados ao Programa, construindo consequentemente uma governança de dados estruturados e não estruturados.	SEP	Concluído

3	Qualificação de Dados Promover um ecossistema de dados no Poder Judiciário que possibilitar a acurácia na identificação e transparência dos dados processuais, garantir aos usuários uma melhor experiência na usabilidade do Portal de Serviços.	SEP	Em andamento
4	Painel do Programa Desjudicializa Produzir novo painel digital denominado “Painel Desjudicializa”, em que serão apresentados dados processuais detalhados a respeito do maior litigante do Poder Judiciário brasileiro, o Instituto Nacional de Seguro Social-INSS.	SEP	Em andamento

Objetivo Estratégico 4

Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

Aprimorar, para fins de controle social, os mecanismos de transparência ativa – informação disponibilizada pelos órgãos do Poder Judiciário – e passiva – informação prestada em resposta a uma solicitação externa.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
08	Atendimento da Ouvidoria	Responder 93% das demandas dentro do prazo previsto, ano a ano, até 2026						OUV	Anual
		93%	93%	93%	93%	93%	93%		
Fórmula		(Total de relatos respondidos em até 5 dias úteis)/(Total de relatos recebidos)*100							
Descrição: Mede o percentual de respostas às demandas da Ouvidoria realizadas no prazo previsto.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
09	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	Alcançar o índice de 74% de usuários satisfeitos com o atendimento da Ouvidoria, ano a ano, até 2026						OUV	Anual
		74%	74%	74%	74%	74%	74%		
Fórmula		Resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria realizada pela unidade. Atribuíram-se pesos aos blocos de itens pesquisados. A medição final do indicador é a média ponderada dos resultados alcançados na pesquisa, considerando-se os pesos atribuídos.							
Descrição: Mede o resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria realizada pela unidade. Atribuíram-se pesos aos blocos de itens pesquisados. A medição final do indicador é a média ponderada dos resultados alcançados na pesquisa, considerando-se os pesos atribuídos.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
10	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	Divulgar 100% das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário, até 2026						DPJ	Anual
		90%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		((Número de pesquisas elaboradas no ano onde houve a divulgação de dados primários e em formato aberto) / (Número total de pesquisas divulgadas no ano em que houve coleta primária de dados pelo DPJ e excluídas as coletas de dados pessoais e sensíveis))*100							
Descrição: Mede o percentual de divulgação de informações primárias em formato aberto e não proprietário aptas a fomentar uma análise do Poder Judiciário por pesquisadores ou por entidades que estudam e propõem políticas públicas. Não são contabilizadas as pesquisas e fontes de dados que abrangem dados pessoais e sensíveis.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais Promover a articulação com as demais ouvidorias judiciais visando o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços.	OUV	2023
2	Revista CNJ V5 Realizar análises sistemáticas e aprofundadas sobre os principais temas pertinentes à atuação do Poder Judiciário.	SEP	2021
3	Gestão e transparência das Comissões Permanentes e Colegiados Criar solução para gestão, monitoramento e transparência das comissões permanentes e colegiados.	SEP	2023

TEMA: Correição e Serventia Extrajudicial

Aperfeiçoamento dos procedimentos necessários ao desempenho das funções de correição do conselho, abrangendo suporte tecnológico, processos organizacionais, gestão documental e relação com as partes e a sociedade. Também abrange processos que visem a melhoria dos serviços extrajudiciais.

Objetivo Estratégico 5

Aprimorar as inspeções e correições

Criar mecanismos para aperfeiçoar realização de inspeções e correições, buscando, também, prevenir desvios de conduta e práticas que possam caracterizar delitos nos órgãos do Poder Judiciário, na área finalística ou administrativa, com ampla visibilidade dos resultados à sociedade, naquilo que couber; além de estruturação de sistema de gestão da integridade com diretrizes e requisitos de comportamento.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
11	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições	Executar 100% das etapas estabelecidas, ano a ano, para as iniciativas que aprimorem o processo de trabalho das inspeções e correições						CN	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		Somatório dos percentuais atingido em cada ação estabelecida no plano de ação elaborado pela unidade responsável							
Descrição: Mede o percentual de execução de todas as ações e de todos os projetos elaborados pela Corregedoria Nacional de Justiça que dizem respeito ao aprimoramento das inspeções e correições.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
12	Índice de Execução do Plano de Inspeções	Executar 100% das inspeções planejadas para o ano de referência						CN	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(Σ de inspeções realizadas / Σ de inspeções planejadas) x 100							
Descrição: Mede o percentual de inspeções realizadas no ano de referência									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR) Promover a implantação, a padronização, a configuração e a manutenção do Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR).	CN	2023

Objetivo Estratégico 6

Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

Implementar medidas de aprimoramento e modernização das atividades extrajudiciais, a fim de proporcionar mais eficiência e qualidade à atividade notarial e registral do país.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
13	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	Executar 100% das etapas previstas, ano a ano, das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais						CN	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		Somatório dos percentuais atingido em cada ação estabelecida no plano de ação elaborado pela unidade responsável							
Descrição: Mede o percentual de execução das ações de aperfeiçoamento dos serviços extrajudiciais.									

TEMA: Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, Cidadania e Instersetorialidade

Promoção da pacificação social por intermédio de meios alternativos de solução de conflitos, como mecanismo para o enfrentamento da excessiva litigiosidade e para a redução do número de processos judiciais no País; promoção das ações conjuntas com outros órgãos do Poder judiciário e de demais poderes com vistas à promoção da cidadania.

Objetivo Estratégico 7

Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos

Reforçar a integração do CNJ com órgãos e entidades dos Três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil em busca de proposições e ações que tenham por foco a proteção e a promoção dos direitos humanos por meio de projetos e iniciativas voltados aos direitos fundamentais e de cidadania.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
14	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	Implementar 100% das etapas estabelecidas, ano a ano, para as iniciativas que promovam os direitos de cidadania, até 2026						DMF	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		Somatório dos percentuais atingidos em cada ação estabelecida no plano de ação elaborado pela unidade responsável.							
Descrição: Mede o percentual de implantação dos projetos: Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); Biometria e Documentação da População Prisional; Audiências de Custódia; Controle da Superpopulação; Fomento à Cidadania no Sistema Prisional e Atenção à População Egressa; Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Prêmio Prioridade Absoluta Criar o "Prêmio Prioridade Absoluta" a fim de valorizar o respeito dos direitos das crianças, adolescentes e jovens com a prioridade absoluta.	Gabinete do juiz do trabalho	2022
2	Depoimento Especial das Crianças e Adolescentes pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais Construir protocolo de atendimento e de realização de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, oriundas de Povos e Comunidades	Gabinete do juiz do trabalho	2022
3	Justiça Começa na Infância Promover ações para o Marco Legal da Primeira Infância.	SEP	2022

4	Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça 4.0 Criar solução de software para automação dos acessos a informações das bases de dados do INSS, bem como automação do cumprimento, pelo INSS, das decisões judiciais.	SEP	Em andamento
5	Justiça Itinerante e Direitos Humanos Executar Justiça Itinerante para promoção dos Direitos Humanos, especialmente nas áreas de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, questões afetas à violência de gênero, bem como levar a ação de biometria e documentação de presos.	Gabinete do juiz de Tribunal Regional do Trabalho	2022
6	Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos Promover atividades do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, a fim de acompanhar e contribuir para a implementação de políticas públicas e práticas institucionais visando ao fortalecimento de uma cultura jurídica de Direitos Humanos no judiciário nacional, com ênfase no controle de convencionalidade.	Presidência/DMF	2023
7	Prêmio Prioridade absoluta – 2ª edição Identificar, disseminar e possibilitar a replicação de práticas de sucesso voltadas à promoção, valorização e respeito dos direitos das crianças, adolescentes e dos jovens	Gabinete do juiz estadual	2022
8	Ciclo de Debates da Comissão Permanente e Políticas e de Desenvolvimento do Cidadão Realizar seminários, com debates temáticos em que atores do Judiciário e parceiros de instituições públicas e da sociedade civil discutirão temas específicos relacionados à promoção de direitos sociais, em especial relacionados à saúde, à educação e à tutela do meio ambiente.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	2023
9	Pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro Registrar a realização da pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro.	SEP	2023
10	Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+ Registrar a realização da pesquisa sobre Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+	SEP	2022
11	Demandas Complexas Estruturar o Poder Judiciário e suas conexões com o sistema de Justiça e as demais Instituições públicas, para responder de forma cooperativa, célere e articulada às demandas complexas.	SEP	Em andamento
12	Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal Estruturar e implementar, de forma constante e integrada, o acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).	Presidência	2023
13	Banco Nacional de Medidas Penais e Prisão (BNMP) Desenvolver novas funcionalidades para o aprimoramento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP) de modo a melhor auxiliar a gestão da população carcerária brasileira em todas as suas vertentes.	DMF	2023
14	Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial Disponibilizar, para todos os tribunais aderentes à PDPJ-BR, o Sistema SAREF (Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial), de modo a nacionalizar a solução.	SEP	Em andamento
15	Consulta Nacional de Pessoas (FAC Nacional) Desenvolver serviço estruturante de busca nacional de pessoas para o Portal de Serviços, o qual possibilitará a identificação de todos os processos judiciais, bem como informações constantes nas bases de dados da Polícia Federal, a partir da inserção de dados pessoais como cpf, nome da mãe, número da OAB, dentre outros.	SEP	Em andamento

16	SisPreq – Sistema de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Desenvolver uma solução nacional para a expedição de ofícios requisitórios, gestão de fila e pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e precatórios.	SEP	Em andamento
17	Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal - 1a Edição de 2024 - Humaitá e Lábrea/AM Estruturar e implementar acesso à Justiça por meio da realização de Itinerância cooperativa na Amazônia Legal.	SEP	Em andamento
18	Sisperjud Construir um módulo na PDPJ para solução de software que automatize a quesitação, a curadoria e a elaboração do laudo das perícias médicas dos benefícios previdenciários por incapacidade.	SEP	Em andamento
19	BNMP 3.0 - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - Fase 2 Corrigir bugs e implementar melhorias identificadas e não identificadas contempladas na fase 1, bem como a realização da homologação final através de testes a serem executados por usuários indicados pelos tribunais e a implantação da solução em nível nacional.	DTI	2024
20	Fonajus itinerante Promover diálogos, cooperação institucional e capacitação, com o objetivo principal de implementar, em conjunto com os Comitês Estaduais de Saúde, a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, aprovada pela Resolução CNJ n. 530, de 10 de novembro de 2023.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	Em andamento
21	Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos - 2a fase Reafirmar o princípio da prevalência da dignidade humana como pilar estruturante do Estado Democrático de Direito, à luz do controle de convencionalidade e da jurisprudência interamericana em matéria de Direitos Humanos. O presente projeto institucional visa consolidar o Pacto como política pública contínua, permanente, estrutural e transformadora.	DMF	Em andamento
22	Alternativas Penais (sistema penal) Articular os atores centrais da política de alternativas penais nas três esferas de governo para a implantação de serviços de acompanhamento das medidas diversas da prisão	DMF	2024
23	Audiência de Custódia (sistema Penal) Fortalecer as audiências de custódia como mecanismo capaz de racionalizar a porta de entrada do sistema prisional, à luz da Resolução CNJ nº213/2015, do Código de Processo Penal e em conformidade com parâmetros nacionais e internacionais.	DMF	2024
24	Monitoração Eletrônica (sistema penal) Articular atores estratégicos para a política de monitoração eletrônica e disseminar as diretrizes da Resolução CNJ nº 412/2021, visando a qualificação e o uso racional da medida, de modo a evitar seu crescimento exponencial.	DMF	2024
25	Plano Nacional de Fomento à Leitura (sistema penal) Criar uma estratégia nacional de universalização do direito ao livro e à leitura nos estabelecimentos prisionais por meio da consolidação do Plano Nacional de Fomento à Leitura em Ambientes de Privação de Liberdade.	DMF	2024
26	Plano Nacional De Fomento ao Esporte e Lazer (sistema penal) Qualificar as estruturas do Poder Judiciário com foco na promoção sistemática do esporte e do lazer em unidades de privação de liberdade por meio da atuação integrada entre o Judiciário e parceiros estratégicos.	DMF	Em andamento

27	Atenção às Pessoas Egressas e Escritório Social (sistema penal) Implementar diretrizes e procedimentos previstos na Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, instituída pela Resolução CNJ nº 307/2019, e que tem o Escritório Social como estratégia central.	DMF	2024
28	Fortalecimento da Participação Social (sistema penal) Fortalecer dos Conselhos da Comunidade na execução penal, compreendendo-os como importante mecanismo de participação social e de fiscalização da execução penal e de defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade.	DMF	2024
29	Comitê de Políticas Penais (sistema penal) Estruturar grupos interinstitucionais articulados e aptos a integrar as diversas temáticas afetas às políticas penais, com foco nas alternativas ao encarceramento, assim como na promoção da cidadania das pessoas em espaços de privação de liberdade e dos egressos, pensando-se no ciclo completo da execução penal.	DMF	2024
30	Mutirão Processual Penal (sistema penal) Realizar esforços concentrados para a revisão de processos nas fases de conhecimento e execução penal, garantindo o cumprimento da Lei de Execução Penal e dos precedentes vinculantes do STF com vistas ao desafogamento do sistema prisional.	DMF	2024
31	Sistema Eletrônico de Execução Unificado (sistema penal) Expandir e consolidar o SEEU como ferramenta nacional de gestão de execução penal, com novas ações de implantação, melhorias de governança e sustentabilidade, bem como a criação de novas funcionalidades.	DMF	2024
32	Atendimento Inicial e Núcleo de Atendimento Integrado (sistema socioeducativo) Garantir a mínima e mais eficaz intervenção possível no primeiro atendimento a adolescentes a quem se atribua a prática de atos infracionais é o objetivo do atendimento inicial e do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI).	DMF	2024
33	Central de vagas (sistema socioeducativo) Qualificar a porta de entrada do meio fechado do Sistema Socioeducativo e para operacionalizar a decisão do HC 143.988, que determina que as unidades não podem mais atuar acima do percentual de 100% de sua capacidade.	DMF	2024
34	Audiência Concentrada (sistema socioeducativo) Disseminar e qualificar a metodologia das audiências concentradas para reavaliação das medidas socioeducativas, oferta de processos formativos, avaliação e monitoramento da implementação nos estados.	DMF	2024
35	Programa Pós-medida (sistema socioeducativo) Disseminar a metodologia do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, incidindo na implementação, qualificação e monitoramento dos programas nos estados.	DMF	2024
36	Ação Nacional de cultura (sistema socioeducativo) A partir do diagnóstico situacional nacional realizado em 2023, busca-se contribuir com a construção de uma Diretriz Nacional de Fomento à Cultura, bem como com a ampliação e diversificação de práticas culturais ofertadas ao público do socioeducativo.	DMF	2024
37	Aprendizagem (sistema socioeducativo) Impulsionar a ampliação da oferta de oportunidades de aprendizagem e qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas, sob a perspectiva da promoção do acesso a direitos e do fortalecimento do protagonismo desses(as) adolescentes e jovens.	DMF	2024

38	Plataforma Socioeducativa Adaptar o core do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para viabilizar a integração e a configuração de novos fluxos de processo que atendam às demandas das medidas socioeducativas, tanto para os processos de apuração de ato infracional quanto para os de execução de medidas socioeducativas.	DMF	2024
39	Inspeção judicial Socioeducativo – Qualificar as inspeções judiciais em unidades socioeducativas e programas de meio aberto por meio do desenvolvimento de novas metodologias e do aprimoramento dos formulários de inspeção. Penal – Aprimorar instrumentais e normativas, desenvolver manuais técnicos e realizar formações para qualificar as inspeções judiciais nos estabelecimentos penais.	DMF	Em andamento
40	Enfrentamento da tortura Socioeducativo – Fortalecer ações judiciais e contribuir para a construção de fluxos de combate à tortura. Penal – Qualificar as ações judiciais de prevenção e combate à tortura, maus tratos e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes no âmbito das audiências de custódia e dos estabelecimentos penais, bem como documentar, monitorar e publicizar dados de registro e apuração de denúncias de tortura e óbitos nos estabelecimentos penais.	DMF	Em andamento
41	Populações com vulnerabilidade acrescida Qualificar as políticas judiciárias voltadas para populações em contexto de vulnerabilidade acrescida, em especial pessoas negras, LGBTQIAPN+, migrantes, em situação de rua, com deficiência, vivendo com HIV/aids ou doenças infectocontagiosas, povos indígenas e mulheres.	DMF	2024
42	Saúde mental Socioeducativo – Qualificar a atuação do Judiciário na garantia dos cuidados em saúde mental de adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo, buscando a atuação conjunta a partir da produção de normativa nacional, de manual sobre o tema e da pactuação de fluxos locais. Penal – Assegurar o atendimento integral à saúde articulado com o SUS, em harmonia com a Lei nº 10.216/01 e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, qualificando a atuação do Poder Judiciário nos casos que envolvem pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei, bem como com a articulação com as políticas sociais.	DMF	2024
43	Políticas de drogas Ampliar o acesso dos públicos dos sistemas de justiça criminal e justiça juvenil aos serviços de atenção às pessoas que usam drogas.	DMF	2024
44	Documentação civil Socioeducativo – Assegurar o acesso à documentação civil básica a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, a partir da construção e definição de estratégias com os Tribunais de Justiça, órgãos emissores e instituições responsáveis pela gestão do sistema onde se inserem. Penal – Universalizar o acesso a documentos básicos para pessoas privadas de liberdade a partir da adoção de soluções tecnológicas e da capacitação contínua de atores envolvidos na emissão de documentos, certificação e autenticação de dados biométricos.	DMF	2024
45	Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos Assegurar os instrumentos necessários para a difusão de conhecimento especializado em âmbito internacional.	DMF	Em andamento
46	Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) Ofertar diretrizes qualificadas e instrumentalizar os GMFs para atuarem em consonância com as competências definidas pelas normativas do CNJ, de forma cada vez mais parametrizada e pautada em boas práticas.	DMF	2024

47	Formação e cultura Institucional Qualificar a atuação de juízes, juízas e demais profissionais envolvidos nos sistemas penal e socioeducativo, através de formações e capacitações específicas desenvolvidas pelo CNJ e instituições parceiras.	DMF	2024
48	Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Qualificar a gestão de dados pessoais em todas as iniciativas do programa Fazendo Justiça, fortalecendo estratégias de tratamento e proteção de dados do CNJ.	DMF	Em andamento
49	Programa Novos caminhos Detalhar os passos essenciais para a implementação do programa em todos os estados, assegurando que a política pública seja efetivamente aplicada e monitorada.	CN	Em andamento

Objetivo Estratégico 8

Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

Incentivar a política de conciliação e a mediação como instrumentos efetivos de pacificação social para solução e prevenção de litígios. Sensibilizar os órgãos de representação judiciária dos entes públicos no sentido de buscar, sempre que possível, a solução consensual dos litígios, bem como estabelecer critérios objetivos para inibir a utilização de “manobras processuais” que visem apenas postergar o fim do processo.

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
40	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	Implementar, ano a ano, 100% das ações que promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos, até 2026						Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(Total de ações concluídas no ano/Total de ações planejadas no ano)*100							
Descrição: mede o percentual de implantação das ações planejadas no ano									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Plano Nacional do Poder Judiciário “Judicialização e Sociedade”: ações para acesso à saúde pública de qualidade Prevenir a judicialização da saúde e a melhora na qualidade dos serviços de Sistema Único de Saúde, na atenção primária e secundária.	GJF	2021
2	Integração do “Consumidor.gov.br” ao Pje Integrar o “Consumidor.gov.br” ao Pje.	SEP	2021

TEMA: Tecnologia da Informação e Gestão de Dados

Definição de políticas de TIC para o Poder Judiciário e o CNJ; uso racional dos instrumentos de tecnologia da informação e comunicação, com garantia de confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, e promovendo a inovação tecnológica, a transformação digital e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação. Estão abrangidas as iniciativas de gestão de dados no âmbito das competências das unidades gestoras de TIC, visando sua integridade, segurança e disponibilidade.

Objetivo Estratégico 9

Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital

Desenvolver ações e disseminar práticas que estimulem a inovação tecnológica para a ampliação da transformação digital e da inteligência artificial no Poder Judiciário. E, ainda, desenvolver ações tecnológicas que promovam a materialização de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário, como o Processo Judicial Eletrônico, dentre outras políticas nacionais, com base nos princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da efetividade.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
15	Engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS	Incrementar anualmente o engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS, visando um crescimento de 20% no ano de 2024, seguido por um aumento de 15% em 2025 e de 10% em 2026.						DTI	Anual
		-	1.074	1.501	1.800	2.070	2.280		
Fórmula		O cálculo é realizado por meio de uma média ponderada, onde cada Postagem de Iniciativa é multiplicada por 3, cada Arquivo Incluído é multiplicado por 1,5 e cada Post em Fóruns Temáticos por 1							
Descrição: Este indicador mensura o engajamento total na Plataforma Connect-JUS, ponderando as ações com base na relevância e participação dos usuários nas postagens de iniciativas, compartilhamento de arquivos e participações em fóruns temáticos.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	SNIPER – Justiça 4.0 Desenvolver ferramenta de análise financeira e busca de ativos do Poder Judiciário. A ferramenta será denominada SNIPER.	SEP	2024

2	CODEX Extrair, indexar e centralizar informações processuais (metadados e documentos) de todos os feitos em tramitação, nos tribunais que atuarão para produzir IA em relação a esses mesmos processos. Além disso, o Codex fará o monitoramento de todas as alterações processuais e inserção de documentos, durante a vida útil do processo e servirá como base para produção de todas futuras soluções de IA.	SG	2023
3	SINAPSES I Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES.	SG	2023
4	Mineração de Processos do Pje Desenvolver metodologia para aplicação de técnicas de mineração de processos nas bases de dados do PJE	DTI	Em andamento
5	Serviços Estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) Desenvolver e disponibilizar 6 (seis) serviços estruturantes da plataforma PDPJ-Br, em conformidade com a Resolução CNJ nº 335, de 29 de setembro de 2020	DTI	2024
6	SINAPSES II Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES que contribuam para potencializar a sistematização, mineração de textos e análise de dados do Poder Judiciário como subsídio ao planejamento da política judiciária e apoio à tomada de decisão pelos magistrados.	SG	2023
7	SINAPSES III Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES que contribuam para potencializar a sistematização, mineração de textos e análise de dados do Poder Judiciário como subsídio ao planejamento da política judiciária e apoio à tomada de decisão pelos magistrados.	SG	2023
8	SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens (antigo Novo SNBA) Produzir nova ferramenta digital para cadastro e controle dos bens apreendidos no âmbito dos processos da justiça brasileira, em substituição à ferramenta atual, denominada Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA). A nova ferramenta será denominada Novo SNBA 2.0.	SEP	2024
9	Domicílio Judicial Eletrônico Desenvolver módulo intitulado “Domicílio Judicial Eletrônico” para centralizar as comunicações processuais através de desenvolvimento de API e outros mecanismos de integração assíncrona por meio de um sistema centralizador.	DTI	2024
10	SPVATJUD (antigo DPVATJUD) Construir módulo de integração do DPVAT na PDPJ-Br, onde se desenvolve solução de software para automatizar o acesso às informações das bases de dados da CEF acerca do DPVAT.	SEP	Em andamento
11	SNGB- Melhorias Evolutivas Melhorar o Sistema Nacional de Gestão de Bens Apreendidos (SNGB) e manter o sistema por meio de ciclos de sprints, com a previsão de transferir gradativamente o conhecimento técnico ao CNJ, permitindo que a equipe interna assuma a sustentação de forma plena ao término do projeto.	SEP	Em andamento
12	SNA - Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento Desenvolver uma nova versão do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (Novo SNA) com inclusão de soluções adequadas aos padrões da PDPJ.	SEP	Em andamento

13	Pesquisa IA 2023 - Mapeamento dos projetos de Inteligência Artificial em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros Mapear as ações em andamento e concluídas relacionadas ao desenvolvimento de soluções de Inteligência Artificial (IA) no âmbito do judiciário brasileiro.	SEP	2024
14	PDPJ-BR Conecta Monitorar conformidades na integração de sistemas legados à PDPJ-BR e na produção de novas soluções.	DTI	Em andamento
15	Monitoramento: soluções da PDPJ-Br Criar uma plataforma integrada com dashboard unificado para monitorar globalmente a adoção e o impacto das soluções tecnológicas da PDPJ-Br.	DTI	2024
16	Apoio a implantação de soluções da PDPJ-Br Assegurar que todos os participantes do sistema tenham acesso a um suporte técnico eficiente, capaz de solucionar problemas mais complexos que exijam conhecimentos especializados, garantindo assim a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela PDPJ-Br.	DTI	Em andamento

Objetivo Estratégico 10

Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

Desenvolver e disseminar práticas reconhecidas de governança e de gestão de TI, garantindo o alinhamento com a estratégia do CNJ e do Poder Judiciário, e tendo como referência o desenvolvimento colaborativo, sempre que cabível.

Indicadores e Metas

N°	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
16	Índice de satisfação dos usuários de TIC	Atingir 95% no índice de satisfação dos usuários de TIC, até 2026						DTI	Anual
		85%	87%	89%	91%	93%	95%		
Fórmula		Σ da quantidade dos usuários respondentes satisfeitos/ Σ da quantidade dos respondentes)*100							
Descrição: Mede a satisfação dos usuários de TIC do CNJ									

N°	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
17	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	Atingir 90 pontos de resultado no índice de Governança de TIC (iGovTIC-JUD), até 2026, alcançando o nível “Excelência” de maturidade						DTI	Anual
		70	75,50	77,77	80,10	85	90		
Fórmula		O resultado é computado conforme metodologia estabelecida ao Poder Judiciário que avalia o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, de acordo com as respostas atribuídas no questionário aplicado anualmente.							
Descrição: Identifica, avalia e acompanha a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do CNJ.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
18	Índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco	Ter 100% das Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco, até 2026.						DTI	Anual
		20%	30%	50%	60%	80%	100%		
Fórmula		(Total de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco/ Total de Soluções de TIC de alta criticidade) * 100							
Descrição: Avalia se as Soluções de TIC de Alta criticidade possuem gestão de risco.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Diagnóstico e disseminação – Justiça 4.0 Realizar diagnóstico a respeito da conjuntura tecnológica nos tribunais e apoiar a elaboração de planos de trabalho visando a sua integração ao Programa.	SG	2022
2	Implementação Planos de Ação - Integração plena à PDPJ-Br e ao PJ 4.0 Monitorar e dar apoio continuado aos tribunais no cumprimento de suas metas pactuadas nos planos de ação de integração à PDPJ-Br, conforme instituído pela portaria nº. 37 de 08 de fevereiro de 2022 e orientado pelo Ofício Circular GP 295/2022, de 03 de maio de 2022.	SEP	2023

TEMA: Inovação e Desburocratização

Desenvolvimento de ações que promovam a inovação nos processos de trabalho, com vistas à simplificação dos procedimentos, e o uso de formas flexíveis de gestão, observadas a celeridade, a transparência, a segurança, o trabalho colaborativo e a garantia da Infraestrutura adequada ao funcionamento do órgão.

Objetivo Estratégico 11

Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Promover a adequação e a modernização das instalações (espaço físico, tecnológico, mobiliário, climatização, higiene, limpeza, etc.) para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades do Conselho.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
19	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	Alcançar nota média de 94% até 2026						SAD	Anual
		70%	85%	88%	88,3%	88,6%	89%		
Fórmula		(Somatório das notas dos usuários/total de usuários que responderam a pesquisa)*100/5							
Descrição: Avalia a qualidade e adequação da infraestrutura física do CNJ segundo os usuários									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
20	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	Alcançar nota média de 94% até 2026						SAD	Anual
		70%	85%	88%	88,3%	88,6%	89%		
Fórmula		(Somatório das notas dos usuários/total de usuários que responderam a pesquisa)*100/5							
Descrição: Mede o índice de satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração									

Objetivo Estratégico 12

Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

Adotar iniciativas que promovam melhorias e inovação nos processos que suportam as atividades do órgão, com vistas ao incentivo, sempre que possível, à adoção de modelo colaborativo no âmbito do próprio órgão e entre órgãos do Poder Judiciário.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
03	Índice de execução das ações estratégicas da Diretoria-Geral	Executar 100% das ações estratégicas definidas pela Diretoria-Geral até o final do ano						DAGI	Anual
		-	-	-	100%	100%	100%		
Fórmula		Σ de ações estratégicas realizadas							
Descrição: Avalia a atuação e o valor gerado pela Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral e pela Coordenadoria de Controle Interno e Gerenciamento de Riscos da Diretoria-Geral. As ações estratégicas podem ser relacionadas a alterações normativas de grande impacto institucional, criação e aprimoramento de controles, redesenho de fluxos processuais, implementação de sistemas informatizados e outros que promovam desburocratização e/ou inovação, envolvendo as unidades da DG e/ou unidades externas.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
21	Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	Atingir 90% no índice de eficácia apontado pelos usuários do Portal CNJ de Boas Práticas, até 2026						DGE	Anual
		72,5%	85%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		(quantitativo de respostas “Muito Bom” + quantitativo de respostas “Bom”)/(Total de participantes*quantitativo de perguntas)*100							
Descrição: Mede a funcionalidade, confiabilidade, usabilidade, eficiência do Portal CNJ de Boas Práticas									

N°	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	Atingir 100% de KPA's concluídos e publicados na internet, até 2026						SAU	Anual
		10%	60%	70%	80%	90%	100%		
Fórmula		$(\Sigma \text{ das tarefas concluídas dos KPAs} / \text{total de tarefas dos KPA's}) * 100$							
Descrição: mede a evolução da maturidade e confiabilidade dos trabalhos da unidade de auditoria com base nos processos-chave da unidade (KPAs), para atingimento do nível de maturidade 2 do modelo IA-CM do IIA.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	Alcançar a média anual no Nível Progressivo (80<x≤90) na escala de avaliação da qualidade de auditorias e consultorias, até 2026						SAU	Anual
		70%	80%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		(ΣTAC/Quantidade de auditorias e consultorias) * 100							
Descrição: Mede a eficiência dos processos de auditoria e consultoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados, o monitoramento e a interação com os auditados, de forma a identificar possíveis falhas de aprimoramento. O indicador será calculado em função do Total das Avaliações Contínuas (TAC), que levam em consideração a percepção das unidades auditadas, auditores e supervisores, conforme Programa de Qualidade da Auditoria Interna – PQ-Aud.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	Obter 98% de adesão dos tribunais às Ações Coordenadas de Auditoria, ano a ano, até 2026.						SAU	Anual
		98%	98%	98%	98%	98%	98%		
Fórmula		(Qtd tribunais que enviaram informações da auditoria/Qtd de tribunais do SIAUD-Jud)*100							
Descrição: Mede a adesão dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud à ação coordenada de auditoria									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
25	Índice de satisfação dos resultados das ações coordenadas de auditoria	Obter 90% de satisfação com os resultados das ações coordenadas de auditoria, até 2026.						SAU	Anual
		70%	80%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		$\Sigma(\text{TAC/Quantidade de auditorias e consultorias}) * 100$							
Descrição: Mede o índice geral de satisfação dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud em relação às melhorias nos processos de gestão, governança e riscos, oriundas de ações coordenadas de auditoria.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	PMO Jud – Estruturação do Escritório de Projetos do Conselho Nacional de Justiça – Justiça 4.0 Estruturar Escritório de Projetos do CNJ.	SEP	2024
2	Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário Realizar diagnóstico nacional acerca das inovações do Poder Judiciário Brasileiro, estruturação e realização da Premiação nacional acerca de práticas inovadoras e, elaboração de um Plano Nacional de Inovação para o Poder Judiciário.	SEP	2024

Objetivo Estratégico 13

Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

Propor e adotar iniciativas que promovam simplificação e desburocratização nos processos que suportam as atividades do órgão e do Poder Judiciário, com vistas à maior eficiência e qualidade dos serviços prestados Judiciário brasileiro.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
26	Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	Implementar 100% das melhorias estabelecidas, ano a ano, para os processos prioritários, até 2026						DGE	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(Número de ações de melhorias implementadas em processos prioritários)/(Total de ações de melhorias planejadas em processos prioritários)*100							
Descrição: Mede o percentual de ações de melhorias implementadas em processos prioritários, em relação às ações de melhorias planejadas. São considerados processos prioritários: a) Processos indicados pela Alta Administração; b) Processos apontados pela Secretaria de Auditoria; c) Atividades consideradas relevantes resultantes de mapeamento dos processos organizacionais.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Execução Fiscal - Automação e Governança Automatizar processos de execução fiscal e instituição de medidas de governança.	SEP	2024
2	Gabinete do Juízo Criar uma solução modular que permita a realização dos atos de gabinete dos juízes, com arquitetura baseada em microserviços, aderente à Plataforma Digital do Poder Judiciário Nacional, instituída pela Resolução CNJ N° 335/2020 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3496), e que atenda aos requisitos técnicos e de arquitetura fixados pelo CNJ por meio da Portaria CNJ N° 253-2020(https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3582), publicada em 18 de novembro de 2020, que instituiu os critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br.	SEP	Em andamento
3	BNP - Pangea Construir o módulo BNP/Pangea da PDPJ, desenvolvendo uma solução de software para a criação do Banco Nacional de Precedentes (BNP) e a ferramenta de pesquisa desta base.	SEP	Em andamento
4	Fluxo Nacional Automatizado das Execuções Fiscais Implementar módulo da PDPJ com funcionalidades necessárias à automação e acompanhamento do processamento dos processos de execução fiscal, desde o ajuizamento da inicial até a etapa de constrição de bens pela PDPJ (SISBAJUD, RENAJUD, Sniper-BC). O módulo vai acompanhar os processos judiciais e eventos neles lançados por meio da PDPJ (Codex) e gerar notificações (serviço de notificações) para consumo dos sistemas processuais dos tribunais.	SEP	Em andamento

TEMA: Sustentabilidade e Acessibilidade

Desenvolvimento de cultura institucional que inclua aspectos de sustentabilidade e acessibilidade nas atividades dos órgãos do Poder Judiciário. Incluem-se neste tema a observância aos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atuação do Conselho; a melhoria da qualidade do gasto público e a garantia da acessibilidade plena, por meio da eliminação e prevenção de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, nas informações, atitudinais e tecnológicas.

Objetivo Estratégico 14

Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

Criar mecanismos para orientar a implantação e aperfeiçoamento da gestão das políticas judiciárias voltadas à utilização racional e sustentável dos recursos naturais e para a redução dos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atuação dos órgãos do Poder Judiciário. Busca-se, ainda, a melhoria da qualidade do gasto público e a garantia do pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência em todos os serviços do Poder Judiciário.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
27	Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	Executar 90% do PLS/CNJ até 2026						DGE	Anual
		80%	82%	84%	86%	88%	90%		
Fórmula		(Total de indicadores do PLS que cumpriram a meta)/(Total de indicadores previstos no PLS)*100							
Descrição: Mede o índice de cumprimento de indicadores do PLS/CNJ									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Semana do Meio Ambiente Realizar atividades no período de 8 (oito) a 10 (dez) de junho de 2021, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente que ocorreu no dia 05 de junho de 2021.	DGE	2021
2	Sirenejud 2.0 Desenvolver ferramentas, estudos e iniciativas voltadas para a compreensão do fenômeno dos danos ambientais a partir de uma perspectiva macrorregional, englobando também países da América do Sul com proximidade à Amazônia Legal e às fronteiras brasileiras.	SEP	2024
3	Propagar - Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania Promover eventos virtuais visando a difusão de ações e projetos implementados nos tribunais que estejam relacionados à inclusão do cidadão, à acessibilidade e à cidadania.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	2024

4	Polícia Judicial Amiga dos Autistas Fomentar ações formativas, de sensibilização e de inclusão, voltadas ao desenvolvimento funcional e à reflexão dos ocupantes dos cargos de agente e inspetor de Polícia Judicial, sobre questões relativas às pessoas com deficiência e seus direitos, sobretudo, no caso do autismo.	DSIPJ	Em andamento
5	Selo Linguagem Simples Abrir edital aos Tribunais para inscrição de propostas para avaliação e posterior premiação.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	2024

TEMA: Comunicação Institucional

Impulso à relação do CNJ com os públicos externos (demais poderes da República, demais órgãos do Poder Judiciário, instituições essenciais à administração da Justiça e a sociedade); participação social nas discussões levadas ao Poder Judiciário; compartilhamento de informações processuais entre os Tribunais; e comunicação interna como instrumento de aprimoramento institucional.

Objetivo Estratégico 15

Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

Promover ambiente participativo e colaborativo no âmbito do CNJ e com os demais órgãos do Poder Judiciário, com vistas a melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade. Visa implementar ações para facilitar a troca de informações em todos os níveis da Justiça, com os demais poderes e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
28	Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade	Atingir acima de 100% do resultado do ano anterior						SCS	Anual
		-	-	-	> 100% 2023	> 100% 2024	> 100% 2025		
Fórmula		Cálculo da média do engajamento no WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Youtube e Tik Tok + alcance e repercussão na mídia + visualizações de conteúdos em diversos meios de comunicação, dividido pelo número de campanha/ação institucional promovido.							
Descrição: Aferir a eficácia e repercussão das ações e campanhas de comunicação social elaboradas para difundir as ações empreendidas pelo CNJ, bem como as decisões, políticas públicas e projetos em prol da sociedade. O resultado do desempenho do indicador ficará limitado entre 0% e 100% e será considerado 100% em qualquer valor acima do ano anterior.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
29	Alcance e Engajamento no Portal do CNJ	Ter aumento de 2%, em relação ao ano anterior, até 2026						SCS	Anual
		1%	1%	1%	2%	2%	2%		

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
		Alcance (Peso 80%) >>> Visitas diárias de Usuários Únicos – permite avaliar o acesso diário de usuários únicos, evitando repetições de acessos pela mesma pessoa >>> Média de páginas visitadas por Usuários Únicos – Total de visualizações em um período / Total de usuários únicos no mesmo período >>> % de Visitas via ferramenta de busca – Avalia se a estratégia de SEO é adequada e se está trazendo as pessoas para os conteúdos do Portal de forma ágil Fórmula Alcance Visitas diárias (Peso interno 30%): = (crescimento das visitas diárias de usuários únicos de um período para outro)/5)*100, caso o crescimento seja 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024) = 0, caso o crescimento seja < do que o período anterior; = 1, caso o crescimento seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior. Média de Páginas (Peso interno 20%): = (crescimento da taxa média de páginas visitadas por usuários únicos de um período para outro)/1)*100, caso o crescimento seja > 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024) = 0, caso o crescimento seja < do que o período anterior; = 1, caso o crescimento seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior. % via Busca (Peso interno 30%): = (crescimento do % de visitas via ferramentas de busca de um período para outro)/5)*100, caso o crescimento seja > 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024) = 0, caso o crescimento seja < do que o período anterior; = 1, caso o crescimento seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior. Δ Alcance = Visitas diárias * 0,50 + Média de Páginas * 0,33 + % via Busca * 0,17 Engajamento (20%) >>> Tempo de Navegação Médio – Avalia se o conteúdo gerado é atrativo e se está levando o usuário a se manter navegando no Portal, acessando outras seções Fórmula Engajamento = (crescimento do tempo de navegação médio de um período para outro)/1)*100, caso o crescimento seja 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024) = 0, caso o alcance dos posts do Facebook seja < do que o período anterior; = 1, caso o alcance dos posts do Facebook seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior. Fórmula Final = Δ Alcance * 0,60 + Δ Engajamento * 0,40							
Fórmula									
Descrição: Mede eficácia (alcance) e eficiência (engajamento) dos conteúdos no Portal CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
30	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	Alcançar 80% dos usuários internos satisfeitos com os canais de comunicação, até 2026						SCS	Anual
		60%	72%	74%	76%	78%	80%		
Fórmula		(Muito Boa + Boa)/(Total de participantes)*100							
Descrição: Mede a satisfação dos servidores e colaboradores do CNJ com os canais de comunicação interna									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 Realizar a disseminação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.	DGE	2022
2	Portal JusBr Desenvolver Portal Jus.br que permitirá o acesso aos principais serviços relevantes para usuários internos e externos no âmbito do judiciário, como advogados, representantes dos Ministérios Públicos, defensorias e o público em geral visando: • Aprimorar a eficiência operacional, transparência e acessibilidade; • Promover uma experiência digital; • Facilitar o acesso às informações e serviços de forma ágil e segura.	Presidência	Em andamento

TEMA: Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho

Gestão da cultura e do clima organizacionais; formação, desenvolvimento e aprimoramento de competências gerenciais e técnicas de magistrados e servidores; estudos relacionados à modernização das carreiras; ações de valorização de magistrados e servidores; humanização das relações de trabalho; promoção da qualidade de vida no trabalho.

Objetivo Estratégico 16

Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas

Aprimorar as políticas e práticas em gestão de pessoas com vistas a possibilitar a formação e o desenvolvimento profissional e a gestão por competência dos membros, servidores e agentes públicos atuantes na Justiça, adequar os meios e ferramentas para realização das atividades, garantir a segurança no ambiente de trabalho e assegurar cargas de trabalho adequadas. Trata-se, ainda, da gestão do conhecimento aplicada ao aperfeiçoamento profissional.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
31	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	Capacitar 15% dos servidores do Poder Judiciário nas competências estratégicas, ano a ano, até 2026						CEAJUD	Anual
		15%	15%	15%	15%	15%	15%		
Fórmula		(Nº de servidores do Poder Judiciário capacitados em pelo menos um curso do CEAJUD)/(Nº total de servidores)*100							
Descrição: Mede o percentual de servidores capacitados nas competências estratégicas definidas pelo CNJ em pelo menos um curso do CEAJUD.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
32	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	Capacitar 7% dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais, até 2026						CEAJUD	Anual
		1%	2%	6%	8%	8%	8%		
Fórmula		(Nº de gestores do Poder Judiciário capacitados em pelo menos um curso gerencial do CEAJUD)/(Nº total de gestores)*100							
Descrição: Mede o percentual de gestores capacitados em cursos de capacitação gerencial oferecidos pelo CEAJUD.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
33	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	Capacitar 40% dos servidores em no mínimo 8 horas no ano, até 2026						SGP	Anual
		50%	55%	40%	40%	40%	40%		
Fórmula		(Nº de servidores do CNJ capacitados em no mínimo 8 horas)/(Nº total de servidores que trabalharam no CNJ no ano)*100							
Descrição: Avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
34	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	Capacitar 50% dos gestores em no mínimo 15 horas no ano, até 2026						SGP	Anual
		55%	55%	50%	50%	50%	50%		
Fórmula		(Nº de gestores do CNJ capacitados em no mínimo 15 horas)/(Nº total de gestores que trabalharam no CNJ no ano)*100							
Descrição: Avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
35	Avaliação das capacitações realizadas	Aumentar 2% ao ano a satisfação com a qualidade dos treinamentos						SGP	Anual
		70%	72%	74%	76%	78%	80%		
Fórmula		(Somatório da avaliação média de cada curso/ total de cursos)*10							
Descrição: Avalia a qualidade do treinamento realizado									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	Dimensionamento de Pessoal Dimensionar o pessoal do Conselho Nacional de Justiça.	SGP	2022
2	Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal Elaborar cursos, materiais e ferramentas de capacitação na modalidade de Educação à Distância (EaD).	SEP	2024
3	Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário Estimular, por meio de ações de sensibilização e de formação de gestores e servidores, a implantação de programas de integridade e compliance no Poder Judiciário.	SEP	2024
4	Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ – BR Desenvolver capacitações em tecnologias Java e Angular aplicadas à PDPJ-Br, na modalidade de Educação a Distância, para o Poder Judiciário brasileiro.	SEP	Em andamento
5	SINAPSES 5 Desenvolver capacitações em inteligência artificial, na modalidade de Educação a Distância, para o Poder Judiciário brasileiro.	SEP	2024

6	Escola Virtual do Poder Judiciário Criar a Escola Virtual do Poder Judiciário (EVJ) para promover igualdade de oportunidades de capacitação para os servidores do Poder Judiciário por meio da implementação do novo portal CEAJUD/CNJ com uma interface mais amigável, da oferta de cursos a distância, do compartilhamento de vagas entre tribunais e da agregação de cursos na plataforma, facilitando o acesso dos servidores a uma variedade de oportunidades de desenvolvimento profissional.	SEP	Em andamento
---	--	-----	-----------------

Objetivo Estratégico 17

Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

Aprimorar a assistência à saúde; fomentar a adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de agravos, ambiente de trabalho confiável e seguro, condições de trabalho adequadas, organização do trabalho humanizada, relações socioprofissionais saudáveis, reconhecimento no trabalho e perspectiva de crescimento profissional, melhoria no desempenho e aumento dos níveis de produtividade.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
36	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	Ter 93% de satisfação quanto às ações de saúde e QVT, até 2026						SGP	Anual
		85%	85%	87%	89%	91%	93%		
Fórmula		(somatório dos percentuais de satisfação de cada iniciativa)/(quantidade de iniciativas avaliadas)							
Descrição: mede a satisfação dos participantes quanto às iniciativas de saúde e de qualidade de vida no trabalho realizadas. Considerar-se-á avaliação satisfatória, os dois pontos mais positivos dentro da escala de aferição. Para cada iniciativa, o percentual é calculado da seguinte forma: (somatório de respondentes nos pontos 3 e 4 da escala)/(total de respondentes)*100									

TEMA: Orçamento e Finanças

Garantia e disponibilidade de recursos orçamentários, financeiros e infraestrutura para a implementação de projetos e programas estratégicos e para regular o funcionamento do CNJ e do Poder Judiciário, no que couber, com observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

Objetivo Estratégico 18

Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

Desenvolver ações para aprimorar o planejamento e a execução orçamentária e financeira nos órgãos do Poder Judiciário e do CNJ, com o fito de buscar maior eficiência na gestão dos recursos, englobando expedição e revisão de normativos, ferramentas informatizadas, aperfeiçoamento de processos de trabalho, tratamento das informações e elaboração de diagnóstico.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	Ter 97% dos tribunais com pelo menos 93% das publicações disponibilizadas em seus sítios na internet até 2026						DAO	Anual
		92%	93%	94%	95%	96%	97%		
Fórmula		IP = QP / QT, onde: IP: Indicador de Publicação; QP: Quantidade de tribunais com pelo menos 93% das informações orçamentárias publicadas em seus sítios na internet; QT: Quantidade de tribunais com obrigação de publicação das informações orçamentárias.							
Descrição: Mede o percentual de tribunais que disponibilizaram em seus sítios eletrônicos na internet as informações orçamentárias exigidas pelas Resoluções CNJ n. 102, 195 e 303 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 54.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
38	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	Captar 20% do orçamento de despesas discricionárias, ano a ano, até 2026						SOF	Anual
		20%	20%	20%	20%	20%	20%		
Fórmula		(Valor adicional / orçamento discricionário)*100							
Descrição: Avalia o montante de recursos adicionados ao orçamento do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
39	Execução das despesas primárias do CNJ	Executar 97% de pagamentos em relação ao limite, ano a ano, até 2026						SOF	Anual
		97%	97%	97%	97%	97%	97%		
Fórmula		(Pagamentos efetuados no ano/limite de pagamento)*100							
Descrição: Avalia e acompanha a execução orçamentária do CNJ a partir dos pagamentos efetuados									

